

Trabalhos Científicos

Título: Terminalidade E Morte Encefálica Na Pediatria

Autores: CECÍLIA CÂNDIDA GRAÇA MOTA DAMASCENO (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), ANDREA PEREIRA COLPAS (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), CATARINA FARIAS DA SILVEIRA (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), HELOÍSA NOGUEIRA SAUD (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), JÚLIA DE CASTRO LANNES (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), LETÍCIA SANTIAGO DA SILVA FERREIRA (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES), VITÓRIA DE GODOY FERRARI (FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES)

Resumo: Define-se morte encefálica (ME) quando há cessamento irrecuperável de todo o encéfalo e funções neurais, visto que o cérebro, diferente de outros órgãos como o coração e os pulmões, não pode ser mantido por tecnologia conhecida. O diagnóstico é clínico - embora, em alguns países, como o Brasil, seja obrigatório a realização de exames complementares que demonstrem a real ausência de função cerebral - e dá-se por sintomas como apnéia, falta de reflexos supra-espinhais e coma profundo. Os objetivos desse trabalho são definir o conceito de morte encefálica, demonstrar suas causas e discutir as condutas e protocolos adotados após o diagnóstico de ME em crianças. Nesta revisão de literatura foram utilizadas as bases de dados Scholar Google, ResearchGate e Scielo. As palavras chaves utilizadas englobaram: morte encefálica, protocolo pediátrico e diagnóstico clínico. Foram selecionados 5 artigos de 2007 a 2017. As causas mais frequentes de ME em crianças são os traumatismos cranianos (31,1%), parada cardiorrespiratória, encefalopatia anóxica-isquêmica por afogamento e a descompensação súbita da hipertensão intracraniana por tumores do SNC. Segundo a diretriz da American Academy of Pediatrics, Society of Critical Care Medicine, e Child Neurology Society de Setembro de 2011 no periódico Pediatrics, para determinar a ME de neonatos e crianças é necessário a presença de coma irreversível e de causa conhecida. Ressalta-se a obrigatoriedade de realizar exames complementares demonstrando completa ausência de função cerebral. Essa normatização visa permitir a doação de órgãos e, quando não for possível, retirar o suporte de vida desses pacientes considerados mortos. Sendo assim, atender ao protocolo para a definição da ME é fundamental para a garantia da qualidade das ações e segurança de tal constatação. Além disso, a manutenção do suporte de vida após a confirmação de ME deve ser feito de forma ética, buscando evitar maiores sofrimentos ao paciente e à família.